

Vamos barrar essa Reforma!

Conforme vimos denunciando de longa data, está em andamento uma Contra-Reforma da Universidade para adaptá-la ao projeto neoliberal, obedecendo aos ditames do FMI e do Banco Mundial. Essa Contra-Reforma vem sendo feita de forma fatiada, fragmentada em vários projetos de Lei, alguns deles transformados – dada à pressão do governo em implantá-los – em Medidas Provisórias. Já está aprovada e sendo aplicada a Lei que rege a avaliação da Universidade – o SINAES – que fere frontalmente a autonomia universitária. O PROUNI – ou “Universidade para todos” – foi editado como medida provisória, e recursos públicos estão sendo repassados para quiosques de venda de diplomas (basta ver a lista dos que “aderiram” ao PROUNI) que se propuseram a “ceder” aos negros, pobres, carentes, deficientes e ex-presidiários suas “vagas ociosas” em troca de isenção fiscal. As fronteiras entre o público e o privado se desfazem a olhos vistos. A Educação vira “serviço”, mercadoria a ser negociada, como deseja a OMC.



Na verdade, esse projeto neoliberal para a Universidade data ainda do governo Collor de Melo, tendo-se intensificado nos oito anos de Fernando Henrique Cardoso e piorado nos já quase dois anos de Lula da Silva, agora sem a resistência de partidos que antes eram oposição, mas que hoje detêm o poder de serem os paus mandados de plantão do Capital Financeiro Internacional.

ASSEMBLÉIA GERAL DE DOCENTES

Dia 28/10 (quinta-feira) - 12h00 - Auditório da Adunicamp

Pauta:

- 1) Escolha dos delegados para o 49º Conad do Andes-SN;**
- 2) Reforma Universitária.**

A Reforma da Previdência – contra a qual lutamos bravamente no ano passado e que acabou sendo aprovada – pode ser vista como o início da destruição da Universidade Pública. Isto já havia sido apontado: destruindo-se a aposentadoria do funcionalismo público estava aberto o caminho para destruir a carreira de professor universitário na Universidade Pública. Com salários arrojados e a perda de um dos atrativos do Serviço Público, que eram as aposentadorias integrais e paritárias, quem se interessaria em dedicar a vida ao ensino-pesquisa-extensão numa Universidade Pública? A destruição da Previdência Pública abriu caminho, por exemplo, para tornar “desejável” para muitos colegas uma Lei de Inovação Tecnológica, que transforma o professor universitário pesquisador em presa fácil de empresas privadas, que querem comprar os seus serviços e os da Universidade. A figura do docente “empreendedor”, que pode se afastar por até seis anos com todos os seus direitos, para trabalhar em empresa ou tornar-se empresário é altamente atrativa, quando **não se considera que, para isto, o dinheiro público está sendo desviado para atender a interesses privados**. Seria esta a forma de “distribuir riquezas” do governo Lula? (Afinal, neste governo o desemprego não diminuiu, mas a imprensa já anunciou que o número de milhões aumentou).

A Lei de Inovação Tecnológica – já aprovada na Câmara e em tramitação no Senado Federal – transforma a Universidade e as agências de fomento à pesquisa em meras prestadoras de serviço para empresas privadas. Estas, por sua vez, não terão risco em seu empreendimento, garantidas que estão pelo dinheiro público, no caso de os lucros esperados não acontecerem. Mais uma vez a autonomia de pensamento e de pesquisa – um dos pilares da Universidade Pública – é afrontada, supostamente em nome da “sociedade” (evidentemente, daquela que interessa: a “sociedade” formada pelo capital financeiro que ficará com os lucros da pesquisa engajada aos “interesses da sociedade”).

A lei que regulamenta as Parcerias Público-Privado – também no aguardo de aprovação no Congresso Nacional – **é, na verdade, o grande eixo, a lei mais importante que, uma vez aprovada, dispensará mesmo todas as outras porque o uso de recursos públicos** (já em sua grande maioria destinados ao pagamento da eterna dívida) **para atender a interesses privados será, então, legal**. O conceito de público não estatal, contra o qual lutamos quando proposto por Bresser Pereira, terá prevalecido. Caberá às Universidades Públicas irem buscar recursos na iniciativa privada para suprir seus orçamentos deteriorados nestes longos anos. Caberá ao professor universitário vender-se (e a sua pesquisa) às empresas, na busca de recursos adicionais para manter-se. Caberá ao governo o financiamento dos quiosques de diplomas para que não tenham prejuízos com suas “vagas ociosas”, tratando como iguais universidades públicas ou privadas já que estas também oferecem os “serviços” da educação, **antigamente direito de todos e dever de Estado**. Estaremos, todos nós, vendidos e, como sempre, mal-pagos.

AGENDA

Dia 27/10

12 horas, no auditório do Instituto de Economia
PPP no contexto da Reforma Universitária

Debatedores:

- Ceci Juruá
- Cláudio Maciel (IE/Unicamp)
- Francisco Lopreato (IE/Unicamp)

Dia 11/11:

Dia Nacional de Luta contra a Mercantilização da Educação e Essa Reforma Universitária

Dia 25/11:

Marcha a Brasília para Barrar *Essa Reforma*

É essa a Reforma Universitária que o MEC diz ainda estar em discussão? Essas leis ou já estão aprovadas, ou foram impostas via MP, ou estão em vias de aprovação (faltando apenas um pequeno ajuste?).

Ao falar em Reforma Universitária, o MEC se refere a um documento (o chamado Documento II do MEC) *Reafirmando Princípios e Consolidando Diretrizes da Reforma da Educação Superior*. Este documento veio a público no dia 02 de agosto de 2004, com um prazo de duas semanas para sugestões. Até o presente momento não foi, ainda, encaminhado ao Congresso Nacional. Autoridades do MEC afirmam que está em discussão com a sociedade.

Entre os “princípios”, o documento II anuncia que a “Educação é um bem público e direito básico e universal dos cidadãos” (ver letra a, do item 1). Outro princípio é que “o papel do Estado é supervisionar a Educação Superior” (letra g, do mesmo item) e “regular” sua qualidade (a partir de sua avaliação). **Nada é dito sobre o papel do Estado de financiar a Educação Superior**, a não ser a respeito de disciplinar o financiamento em lei complementar, com a criação de Fundos (de Manutenção e de Desenvolvimento).

A gratuidade nas Universidades Públicas do sistema federal – que, no caso de ser ameaçada poderia levantar a sociedade contra a reforma – é aparentemente garantida (ver letra i do item 1). Trata-se do único ponto da “Reforma Universitária” que dependeria de uma mudança constitucional para ocorrer. Garantindo-a no documento, acalmam-se os ânimos (já engabelados com a proposta de “universidade para todos” e de “cotas para minorias”).

Sabe-se, no entanto, que tramita, na Câmara Federal, um projeto de emenda constitucional que institui

um pagamento (mais um imposto? pago por quanto tempo?) a ser feito por todo ex-aluno de Universidade Pública cuja renda exceda a fortuna de 24 mil **anuais!** Evidentemente, uma cobrança que será feita apenas de quem não pode sonegar os impostos... ou seja, do servidor público que terá o desconto em seu *holerit*.

A autonomia universitária é submetida aos resultados do SINAES e a uma vaga “missão” da Educação Superior. Uma pérola fecha o item 1 do documento II do MEC e merece ser aqui transcrita para reflexão: “Através da compreensão da missão podemos encontrar um ponto em que se articulam a ação da instituição acadêmica e as atribuições estabelecidas pelo mandato popular de que o Governo está investido. **Em torno da missão, equilibram-se a autonomia da instituição universitária e a soberania popular expressa no Programa de Governo.**” (grifo nosso). A autonomia universitária que tanto prezamos e por que tanto lutamos ficará na dependência eterna de Programas de Governos de plantão?





Na verdade, como já dissemos, basta que as PPP's sejam aprovadas para que as fronteiras entre o que é público e o que é privado desapareçam. Nesta lei nada é dito sobre Universidade mas seu âmbito mais geral faz com que se aplique igualmente a ela.

Esta deve ser uma das razões por que o governo não tem pressa de apresentar ao Congresso aquilo a que se refere como “Reforma Universitária”. Enquanto aguardamos que o MEC termine suas “discussões com a sociedade” e encaminhe o documento II ao Congresso Nacional, leis e medidas provisórias que desmancham a distinção público/privado e que entram em choque com a autonomia da Universidade vão sendo aprovadas e encaminhadas, entrando em vigor a partir da data de sua publicação. **Quando o governo finalmente anunciar sua Reforma Universitária, ela já estará concluída. Esse é o nosso temor.**

A ADunicamp vem denunciando essas manobras desde final de 2003, quando fomos avisados pelo então ministro da Casa Civil de que “o pau ia comer” na Universidade. Os debates que vimos realizando têm apontado para a seriedade do ataque atualmente perpetrado contra a Universidade Pública, gratuita, laica, de qualidade e socialmente referenciada. Temos bus-

cado conduzir a luta para barrar essa Reforma em conjunto com os estudantes (da Unicamp e outras Universidades campineiras) e os funcionários, através do Grupo de Trabalho Unificado sobre a Reforma Universitária e as atividades planejadas no âmbito deste grupo.

Em novembro (dias 05 a 07) acontecerá, em Brasília, o 49º. CONAD. Um dos temas principais será a Reforma Universitária. Outro, a relação do ANDES-SN e suas sessões sindicais com a CUT, que não vem mais representando os interesses de sua base mas defendendo os interesses do governo. No dia 11 de novembro acontecerá o dia de Luta contra a Mercantilização da Educação. No dia 25 do mesmo mês, uma Marcha contra a Reforma Universitária – *Vamos Barrar essa Reforma* – também em Brasília. São etapas importantes na luta contra a privatização da Universidade Pública que se anuncia a largos passos.

**Conclamamos os colegas
a participarem desta luta. A
liberdade de expressão ainda nos
resta como direito constitucional
garantido, mesmo por ministros
do Supremo Tribunal Federal!**

Modelo econômico, sistema universitário e defesa da universidade pública

ARMANDO BOITO JR.

As forças que ocupam o poder no Brasil desde a vitória de Fernando Collor de Mello em 1990, estão nos impondo uma mudança no sistema escolar e universitário. Era de se esperar isso. O sistema escolar e universitário está integrado e subordinado ao modelo de economia, de sociedade e às forças que ocupam o poder de Estado. O modelo de capitalismo e o poder político mudaram no Brasil e essa mudança está, gradativamente, sendo complementada pela mudança do sistema escolar.

No período desenvolvimentista, quando se tratava de efetuar uma reformulação, ainda que superficial, da inserção subordinada do Brasil na divisão internacional do trabalho, o capitalismo brasileiro necessitava de alguma pesquisa científica e tecnológica e de formação mais sofisticada de recursos humanos. Foi a universidade pública que propiciou isso tudo, com as suas pesquisas, seus programas de pós-graduação, seus laboratórios etc. O Brasil não estava se igualando aos países centrais; tratava-se de uma mudança de menor alcance. Os desenvolvimentistas buscavam apenas industrializar o país, e não torná-lo economicamente independente. Mas,



esse objetivo, mesmo modesto, permitiu o florescimento do sistema de universidades públicas. Permitiu também a influência política das camadas médias urbanas e de setores populares, interessados na educação e que tinham aumentado a sua influência política desde a Revolução de 1930. O movimento tenentista, a legislação trabalhista, a criação da Petrobrás em regime de monopólio estatal e tantos outros eventos e processos desse período evidenciam a intervenção de setores dos trabalhadores urbanos na política de industrialização capitalista. De resto, os governos desenvolvimentistas até 1964 tinham interesse em manter uma base de apoio popular para levar de vencida ou contornar as resis-

tências de antiga oligarquia e do capital estrangeiro de velho tipo à política de industrialização. Todos esses elementos favoreciam a luta pelo ensino público e gratuito e por um sistema universitário público e cientificamente mais ambicioso. Contudo, a universidade que começou a ser criada nesse período tinha uma limitação estrutural. Ela não democratizou o acesso ao ensino superior no Brasil. O topo do sistema escolar permaneceu fora do alcance a grande massa de trabalhadores.

Hoje, sob o modelo capitalista neoliberal, a situação é outra. O mercado interno brasileiro foi aberto para as mercadorias dos países centrais e nossa indústria regrediu para uma produção de baixa densidade tecnológica, configurando aquilo que os economistas críticos denominam especialização regressiva. É certo que restaram algumas ilhas isoladas na área de bens de capital e da indústria de transporte, embora voltadas, principalmente, para o mercado externo, mas o fundamental é que, a partir da década de 1990, a antiga função primário-exportadora da economia brasileira, função que nunca deixara de existir, foi reanimada e ganhou nova importância.



Articulada a essa abertura e a essa regressão, toda nossa economia foi atrelada ao novo modelo internacional de acumulação predominantemente financeiro. Nessa nova situação, marcada pela re-primarização e pela financeirização da economia brasileira, o antigo sistema de universidade pública, gratuita e produtora de pesquisa e conhecimento tornou-se um verdadeiro elefante branco. É prova de ingenuidade apelar à sensatez dos governantes. O governo anterior era um governo de doutores; o atual é um governo de trabalhadores. Ambos ignoram a universidade pública; ambos transitam à vontade nas instituições e nos salões das universidades privadas e indi-

cam seus representantes para os órgãos federais que administram a educação superior. O modelo é maior e mais forte que esse ou aquele governo. “Nosso” capitalismo prescinde, agora, de pesquisa e de formação de recursos humanos sofisticados. Somente as vítimas do discurso ideológico dominante podem acreditar de boa fé que o capitalismo brasileiro necessita de educação, cultura e conhecimento.

Ademais, nesse novo modelo, atrelados como estamos ao novo padrão internacional de acumulação predominantemente financeira, o Estado nacional assumiu a função primordial de remunerar o capital financeiro nacional e internacional – o Estado nacional só

perdeu importância para os “teóricos” da globalização, não para o imperialismo e nem para os banqueiros. Logo, a ciência e a pesquisa, além de supérfluas, concorrem, na medida em que exigem investimentos do Estado, com a determinação dos sucessivos governos neoliberais de carrear suas finanças para remunerar o capital financeiro. Nesse novo modelo capitalista e situação política, a universidade privada é funcional. Ela faz apenas aquilo que é necessário, a formação pouco sofisticada recursos humanos, não dá muito gasto ao governo e abre toda uma imensa área nova para a acumulação de capital – a educação, a saúde e a cultura hoje são, não apenas mer-

cadorias, mas verdadeiros reservatórios para a acumulação de capital de uma nova burguesia de serviços.

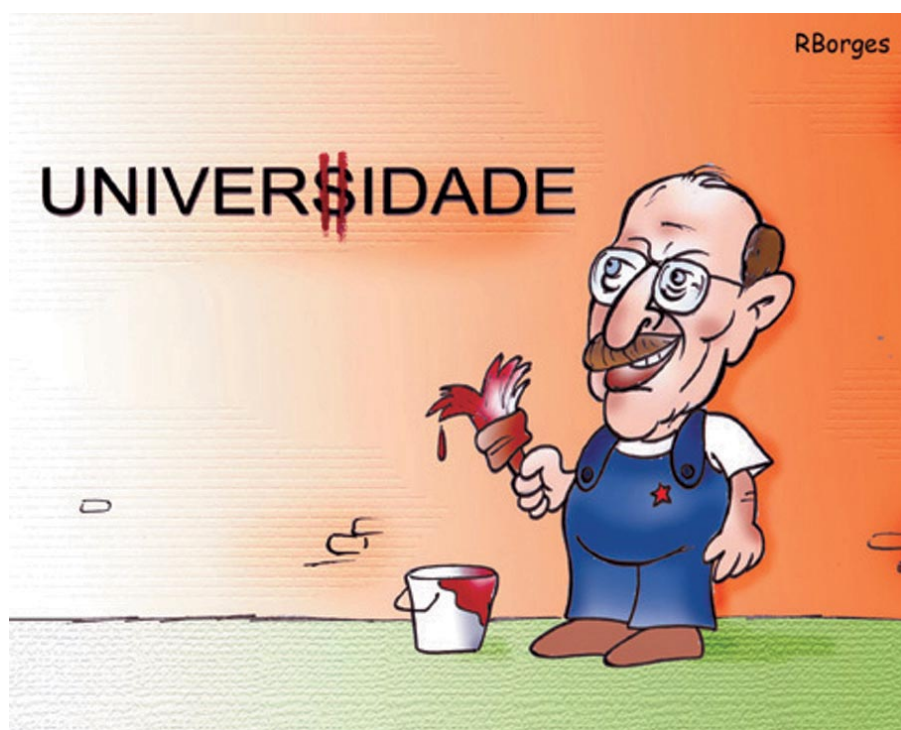
Visto esse quadro, o que podemos dizer é que a luta pela defesa e expansão do sistema de universidades públicas necessita ser, ao mesmo tempo, uma luta contra o modelo neoliberal de capitalismo dependente e por um novo bloco de poder que direcione a política brasileira para um novo modelo de desenvolvimento. Necessitamos de uma grande mudança social e econômica no Brasil e, infelizmente, o Governo Lula abdicou de lutar por essa mudança. Temos, então, de unir a luta em defesa da universidade pública com a luta contra o modelo econômico e contra o governo que o representa. É preciso destacar, contudo, que é possível, mesmo dentro desse modelo, obter vitórias parciais. Nesse ponto, temos toda uma reflexão a ser feita sobre a questão da tática e do encaminhamento prático da nossa luta.

Os neoliberais sabem explorar politicamente os limites da universidade pública que temos e que herdamos do período desenvolvimentista. Fazem demagogia falando do caráter elitista da universidade. De fato, a universidade pública não é uma instituição de massa, embora tampouco seja elitista como eles procuram fazer crer. Esse discurso divisionista, que

joga os pobres contra os remediados para o júbilo dos milionários, nós já ouvimos na contra-reforma da previdência e, no geral, em todas as contra-reformas neoliberais. Os banqueiros e seus governos procuram convencer a população pobre que o caminho é destruir o pouco que temos, e não ampliar o que já temos para avançar e seguir adiante. Mas, infelizmente, esse discurso toca de fato num aspecto perverso da herança desenvolvimentista e, por isso, obteve um certo impacto popular; nós temos de saber como enfrentá-lo.

Fazer a defesa passiva do sistema público nas dimensões que ele existe hoje, abrigando uma parcela pequena da juventude estudantil, é se condenar ao isolamento e à derrota. Quem está fora da universidade não tem motivos imediatos

para defendê-la nas condições que ela funciona hoje. Por isso, em primeiro lugar e acima de tudo, é necessário lutar pela expansão do sistema universitário público. Ou seja, pela criação de novas universidades públicas, federais, estaduais ou municipais, dentro do padrão desse sistema: financiamento estatal, indissolubilidade do ensino e da pesquisa, contrato dos docentes em RDIDP, gratuidade do ensino e grade e perfil dos cursos voltados para as áreas de alta relevância científica, tecnológica e cultural. A luta pela expansão desse sistema com novas universidades, novos cursos e mais vagas, inclusive com quotas para os estudantes egressos do ensino público, deve unir os estudantes da universidade pública com aqueles que se encontram na universidade priva-



da e aqueles que não conseguiram ou não podem ingressar em universidade nenhuma. Os governos neoliberais não podem nos roubar, com políticas demagógicas e privatistas como é o Próuni do Governo Lula, a bandeira da democratização do ensino público superior. Em segundo lugar, devemos lutar, aqui e agora, pelo aumento da dotação orçamentária para as universidades públicas existentes. O Brasil é um país riquíssimo e só os desinformados ou mal-intencionados ignoram que o Estado brasileiro está nadando em dinheiro. Ao longo de 2003, foram gastos mais de 150 bilhões de reais apenas com pagamento do juro da dívida pública – o dobro de todos orçamentos e gastos sociais do Governo Federal. Nossas reivindicações não devem, portanto, dar ouvidos aos “realistas” do orçamento apertado. Em terceiro lugar, é preciso exigir o controle das mensalidades nas universidades particulares. Esses três pontos são importantes na luta pela expansão e defesa do sistema universitário público. Ao mesmo tempo, é preciso unir todas essas reivindicações a uma crítica rigorosa e de-



talhada do capitalismo brasileiro e do sistema escolar e universitário privado que esse capitalismo está nos impondo. Não basta defender a universidade pública, é preciso lutar pela sua expansão e atacar o modelo econômico e o sistema de ensino privado e ele ligado..

Seria passadismo e ilusão querer retornar ao período desenvolvimentista. Aquele modelo tampouco resolveu os problemas da maioria da população brasileira. A universidade que ele nos legou é muito superior àquela que estão nos impondo hoje, mas está muito

aquém das nossas necessidades. A defesa que devemos fazer dessa herança não é uma defesa passiva que se satisfaz com o que está aí. É uma defesa ativa: defender a universidade pública que temos, mas direcionando a luta, ao mesmo tempo, para a universidade pública que queremos – com mais ambição científica e tecnológica, com mais exigência cultural e, acima de tudo, muito mais acessível à população trabalhadora.

Palestra realizada durante o “Encontro Campineiro para Barrar essa Reforma”, em 16/10/2004, na ADunicamp.

Receba o **Adunicamp Notícias** por e-mail:
cadastre-se em www.adunicamp.org.br